

(Re)Pensando a Educação Ambiental

Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis*

Introdução

Ao iniciarmos nossos estudos sobre as Metodologias Aplicadas à Educação Ambiental, é importante refletirmos sobre seus fundamentos teóricos, isto é, emprendermos uma reflexão conceitual acerca da Educação Ambiental.

Iniciemos com a indagação sobre a (im)possibilidade de educar fora do ambiente, fora de um determinado espaço biofísico, social e histórico. Por consideramos impossível realizar qualquer proposta educativa sem incluir a reflexão sobre a relação que temos com o ambiente em que vivemos, problematizemos, então, o uso do adjetivo *ambiental*. Necessitamos qualificar a Educação como *ambiental* porque sentimos necessidade de destacar dimensões esquecidas do fazer educativo no que se refere à compreensão das relações entre a vida e o ambiente, em suas dimensões biofísicas, sócio-históricas, filosófico-políticas e socioculturais.

Nossa primeira reflexão é a de que a Educação Ambiental é Educação e que a introdução do termo ambiental propõe o resgate do que parecia esquecido na Educação moderna: o ambiente. Grün (1996) identifica este esquecimento como uma das “áreas de silêncio” da Educação moderna, que estabeleceu-se sob a organização da sociedade capitalista industrial e, desde sua origem, esteve a serviço deste projeto social, econômico e político. A Educação moderna, em particular a escola, surgiu para contribuir, pela formação dos sujeitos, na construção deste modelo de sociedade, principal responsável pela degradação ambiental que hoje vivemos, pois, ao transformar a natureza em mercadoria, retira-lhe o valor em si mesma para transformá-la em valor de troca. Por outro lado, o movimento ambientalista, principalmente a partir de 1970, trouxe para a Educação a necessidade de (re)pensar as formas predatórias de nossas relações com o ambiente.

O que é Educação Ambiental?

Diferentes definições de Educação Ambiental

“Educação Ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros.” (Ministério do Meio Ambiente – MMA).

* Doutora em Educação pela Unicamp.

“A Educação Ambiental é definida como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.” (Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama).

“O conceito de Educação Ambiental é complexo, abstrato e dificilmente compartilhado, porque não está abrangentemente explicado. Pode ser vista como uma forma de intervenção na problemática ambiental mediada por projetos definidores de programas educativos. A Educação Ambiental envolve-se na formação das pessoas na busca da utopia que significa oportunidade de reinvenção do compromisso com a emancipação. A Educação Ambiental é um processo continuado, permanente, com estratégias específicas desenvolvidas pelos seus participantes, incluindo a de sobrevivência econômica, comunitariamente articulada. Assim, o bairro, a microbacia, o ambiente urbano articulam a rede de cidadania, base do desenvolvimento sustentável. A prática da Educação Ambiental deve objetivar a ser perpassada pela intencionalidade de promoção e pelo incentivo ao desenvolvimento de conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos e habilidades que contribuam para a sobrevivência – a nossa e de todas as espécies e sistemas naturais do planeta –, a participação e a emancipação humana.” (Instituto Ecoar).

“[...] a Educação Ambiental compreendida como o espaço onde se engendram relações sociais resultantes de um passado instituidor que, atualizando o presente, faz emergir as referências para futuras ações educativas no campo das políticas públicas de meio ambiente. Significa, ainda, desvelar para a sociedade experiências e propostas de Educação Ambiental, em tempos diferentes, muitas vezes até conceitualmente divergentes, mas, todas, reveladoras de um nexos comum com as conjunturas política, social, econômica e ambiental vivenciadas.” (Secretaria do Meio Ambiente – SP).

“A Educação Ambiental deve ser direcionada para a compreensão da busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada. Segundo esta percepção, a leitura da problemática ambiental deve se realizar sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo deve pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório. Neste sentido, acredita-se que, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, a pessoa estará, também, se transformando.” (Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – MG).

“A verdadeira Educação é ambiental em sua essência, uma vez que o planeta não é uma somatória de sujeitos isolados por redomas... Sua tônica deve ser a de conectar as várias áreas do conhecimento, com noção de encadeamento dos fatos. E que o aprendizado se concretize em mudança de comportamento, por adoção de uma nova filosofia de vida. Que as pessoas possam se conscientizar de seu papel na engrenagem e da importância e consequência de suas ações.” (Maria Vitória Ferrari Tomé – Rede Ambiente).

“A Educação Ambiental é ferramenta de Educação para o desenvolvimento sustentável (apesar de polêmico o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo em vista ser o próprio “desenvolvimento” o causador de tantos danos

ambientais). Ampliando a maneira de perceber a Educação Ambiental, podemos dizer que se trata de uma prática de educação para a sustentabilidade.” (Projeto Apoema – RS).

“O conceito de Educação Ambiental foi mudando ao longo do tempo. Inicialmente relacionado à idéia de natureza e o modo de percebê-la, tem se acentuado a necessidade de levar em conta os vários aspectos que interferem nas situações ambientais, incorporando as dimensões socioeconômica, política, cultural e histórica de uma população.” (Vidagua).

“A Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de Educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.” (Ambiente Brasil).

No entanto, podemos dizer que temos, hoje, no pensar e agir educativo ambiental, diferentes concepções acerca da Educação Ambiental. Essas diferentes concepções serão analisadas nesta aula, com o objetivo de contribuir para que os educadores ambientais em formação identifiquem os conteúdos educativos que lhes parecem mais significativos.

A trajetória histórica da Educação Ambiental

Para compreender o estágio atual de desenvolvimento da Educação Ambiental, é necessário identificar alguns marcos históricos importantes na preocupação do homem com o ambiente – muito presente, hoje, em toda a sociedade, apesar de todas as suas contradições. Essa preocupação faz parte da história da humanidade. Encontramos nos registros do pensamento dos artistas, filósofos e cientistas, desde a Antigüidade, reflexões acerca da relação dos homens com a natureza, seja pelas reflexões filosóficas sobre a natureza humana, seja pela expressão de admiração com a natureza presentes nesses registros. Mas foi no século XX que essa preocupação tomou vulto, em consequência das transformações na maneira de organizar a produção e a reprodução da vida definidas pela Revolução Industrial no final do século XVIII. Esse novo modelo de produção articulado com a nova ciência, a ciência moderna, promoveu o desenvolvimento econômico e científico num ritmo espantosamente acelerado. A humanidade entrou na modernidade com uma nova estruturação do poder científico, político e social – e, conseqüentemente, com novos problemas. Podemos dizer que a preocupação com o ambiente se acentuou quando a humanidade se viu ameaçada pelo poder de destruição total do ambiente, o que tem como marco histórico as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, expressão do poder político e econômico de um país sobre o mundo social e natural. Nesse momento, os homens conquistaram o poder de destruição total da vida sobre o planeta. Podemos dizer que aqui o movimento ambientalista teve origem, e o livro *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, publicado em 1962, popularizou essa preocupação.

Desde então, muito se tem discutido sobre a Educação Ambiental e suas formas de realização. Nos vários e diferentes eventos nacionais e internacionais, espaços importantes para a construção de diretrizes político-filosóficas para a Educação Ambiental, a busca da sustentabilidade foi apontada como a principal tarefa da Educação Ambiental.

O Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, um dos principais documentos de referência da Educação Ambiental pactuado no Fórum das ONGs que aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1992, paralelamente à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a ECO-92, reconhece a Educação como direito dos cidadãos e firma posição na Educação transformadora. Esse documento, principal referência para muitos educadores ambientais, merece destaque por se tratar de posições não-governamentais, isto é, posições da sociedade civil organizada em entidades ambientalistas. O Tratado convoca as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, para cuidar do ambiente:

a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário. (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS, 1995).

Desde então, a Educação Ambiental para a sustentabilidade é considerada um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuam para as transformações socioambientais, exigindo responsabilidades individual e coletiva, local e planetária. A sustentabilidade é entendida como fundamento da Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória, compreendida como estratégia para a construção de sociedades sustentáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas. A Educação Ambiental para a sustentabilidade é, assim, uma Educação política, democrática, libertadora e transformadora. A questão ambiental e a Educação, sem perspectiva de neutralidade, são eminentemente políticas e portanto implicam construir, pela participação radical dos sujeitos envolvidos, as qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivemos.

No entanto, a Educação Ambiental crítica e transformadora não é consenso entre aqueles que vêm se dedicando a realizá-la. Trata-se de uma escolha político-educativa marcada pela idéia de que vivemos numa sociedade ecologicamente desequilibrada e socialmente desigual, resultado das escolhas históricas que fizemos para nos relacionarmos com o ambiente.

As tendências teóricas da Educação Ambiental

Embora a Educação Ambiental já seja reconhecida como uma necessidade da sociedade contemporânea, não é uma modalidade de Educação cujos princípios, objetivos e estratégias sejam iguais para todos aqueles que a praticam. Isso significa

dizer que há diferenças conceituais que resultam na construção de diferentes práticas educativas ambientais. Essas diferenças conceituais podem ser sintetizadas em alguns grandes grupos: os que pensam que a Educação Ambiental tem como tarefa promover mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados (Educação Ambiental de fundo disciplinatório e moralista, como “adestramento ambiental”), aqueles que pensam a Educação Ambiental como responsável pela transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência o desenvolvimento de uma relação mais adequada com o ambiente (Educação Ambiental centrada na transmissão de conhecimentos) e aqueles que pensam a Educação Ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que têm como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social (Educação Ambiental transformadora e emancipatória).



Vemos que, nessas diferentes abordagens, a Educação Ambiental pode ser *adaptadora*, fundamentada nas teorias não críticas da Educação, ou ser *transformadora*, fundamentada nas teorias críticas da Educação (SAVIANI, 1983).

A Educação com função adaptadora à sociedade tal qual ela vem se desenvolvendo é o fundamento filosófico-político da Educação moderna. Enguita (1989) afirma que as instituições educativas (principalmente a família e a escola) sempre estiveram vinculadas estrategicamente às relações de produção. Com a Revolução Industrial, a escola foi se consolidando como principal instituição de formação para o trabalho – para o trabalho moderno, industrial. Essa formação não diz respeito somente à dimensão técnica dos processos de trabalho, pois durante muito tempo o capital se beneficiou da desqualificação do trabalhador, mas principalmente à dimensão política: a formação cultural (*ideológica*) dos indivíduos para o trabalho industrial. Essa dimensão diz respeito à formação dos indivíduos para as novas relações de trabalho exigidas pela indústria e fundamentadas no controle do tempo, na eficiência, na ordem e na disciplina, na subserviência etc. Então, a Educação adaptadora, disciplinatória, tem origem histórica nas teorias não críticas da Educação geradas no início do processo de industrialização e a seu serviço.

Por outro lado, as teorias críticas da Educação têm identidade com o pensamento crítico no campo do conhecimento pedagógico. Podemos identificar Paulo Freire (1921-1997) como um dos principais representantes desse pensamento, pois a Pedagogia do Oprimido colocou em discussão a conscientização política do sujeito-educando para a transformação social como princípio educativo. Dermeval Saviani (1943) também tem sido um importante teórico na elaboração da Pedagogia

crítica, entendendo a Educação e o ensino como instrumentos de transformação social, resgatando a importância dos conteúdos culturais no processo educativo. Para a Pedagogia crítica, a função da Educação é a instrumentalização dos sujeitos sociais para uma prática social transformadora.

É o pensamento marxista o principal referencial epistemológico da Pedagogia crítica. Nele, podemos encontrar um enorme, complexo e por vezes confuso conjunto de idéias que emergem do pensamento de Marx (1818-1894) e de seu parceiro intelectual, Engels (1820-1895). Na teoria marxista de interpretação da realidade, esses pensadores identificaram as formações econômicas da sociedade capitalista como condições históricas determinantes da vida dos sujeitos considerando o trabalho, em sua dimensão filosófica e histórica, como a categoria central dessas relações. Nesse sentido, as categorias de totalidade, concreticidade, historicidade e contradição são perpassadas por um movimento (dialético) que dá forma à relação homem-natureza e à Educação. A história é, então, a força construtiva das relações sociais, e as relações sociais, a força construtiva da relação dos sujeitos com o ambiente em que vivem.

As idéias educativas que emergem dessa concepção histórica das relações sociais dizem respeito à formação humana. O desenvolvimento pleno dos sujeitos, a busca do *homem onilateral*¹ e o processo de humanização, que é histórico, concreto e dialético, expresso pela sua prática social, fazem a estrutura das idéias educativo-pedagógicas desse referencial. A configuração de uma possível teoria educacional marxista vem sendo construída por várias correntes e tendências do pensamento marxista e do pensamento educacional. Nesse sentido, um dos principais teóricos de grande influência no meio educacional, inclusive no Brasil, é o italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Os temas educativos e suas idéias sobre escola, como outros temas abordados no conjunto de sua obra, têm referenciais nas concepções marxistas de homem e de sociedade e tomam a centralidade do trabalho como base teórica. Assim, o trabalho como princípio educativo é a síntese de sua contribuição às teorias educacionais (MANACORDA, 1991). A escola formativa, desinteressada, é a expressão gramsciana de uma proposta educativa em que a preparação para o trabalho não é o objetivo da Educação (técnica, de treinamento, profissionalizante), mas o princípio (filosófico e político, humanizador) da organização da Educação e do ensino. A Educação Ambiental na perspectiva da transformação social, de inspiração gramsciana, é a defesa da transformação do caráter organizativa do trabalho na sociedade capitalista, instrumento e meta do processo educativo.

Um outro teórico marxista de grande influência no meio educacional brasileiro é o russo/soviético Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), cujos estudos têm contribuído para a construção de teorias educacionais de inspiração marxista. O desenvolvimento humano e particularmente o funcionamento intelectual humano em sua dimensão histórica e social foram estudados por ele e seus parceiros de estudos, tendo como base o método materialista histórico e dialético e como contexto histórico-cultural a revolução socialista e o desafio da construção do socialismo soviético. A relação dialética homem-natureza é mediada por instrumentos, os conhecimentos, que são fornecidos e modificados pela cultura. Os conhecimentos são produtos e produtores sociais e históricos.

¹ Homem onilateral é uma expressão marxista que significa o sujeito pleno, plenamente desenvolvido em todas as suas dimensões, em todas as suas potencialidades. A onilateralidade supera a condição unilateral.

Essa teoria da formação humana traz conseqüências para a Educação, traçando diretrizes e alternativas para propostas pedagógicas, inclusive no âmbito escolar. Para Vygotsky (1984), a contextualização histórica e social dos conhecimentos constitui-se como princípio organizador dos processos de ensino-aprendizagem. A apropriação desses conhecimentos como instrumentos do processo de humanização modifica intencionalmente os homens, os próprios conhecimentos, a história e a sociedade e elabora cultura para que esta seja apropriada no processo de humanização.

A formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis, fundamento filosófico-político e teórico-metodológico da Educação Ambiental, é uma ação política intencional, um processo educacional intencional e que, portanto, necessita de sistematização pedagógica e metodológica. A Educação Ambiental é Educação, é formação humana, é Educação em suas várias dimensões – sendo, portanto, um processo de apropriação, pelos sujeitos, da humanidade construída histórica e coletivamente pela própria humanidade (SAVIANI, 1994). Dessa forma, o processo educativo ambiental diz respeito à relação entre cidadania e ambiente, às formas históricas com que a humanidade se relaciona com o ambiente, assim como as formas históricas das relações entre os sujeitos e destes com o ambiente, priorizando a necessidade de participação política dos sujeitos sociais empenhados na transformação social. Essa participação política, no campo educativo é resultado da apropriação crítica e reflexiva dos conhecimentos sobre o ambiente, a qual poderá garantir os espaços de construção e reelaboração de valores éticos para uma relação responsável dos sujeitos entre si e deles com o ambiente.

A apropriação crítica de conhecimentos parte de uma concepção de ambiente mais complexa, que considera seu caráter social, histórico e dinâmico, superando a concepção biológica, reducionista, entendendo o ambiente como síntese de múltiplas determinações. Nesse sentido, Leff (2001) afirma que

o ambiente não é pois o meio que circunda as espécies e as populações biológicas, é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, como também novos potenciais produtivos (p. 224).

Esse autor coloca o ambiente como tema fundante do processo de construção do saber ambiental, um tema a ser problematizado, gerando ações voltadas para a construção de uma nova racionalidade ambiental, uma racionalidade em que a sustentabilidade, a justiça e a democracia estejam sempre presentes, uma racionalidade social e ambiental.

A Educação Ambiental para a sustentabilidade, capaz de atuar na formação de sujeitos sociais críticos, participativos, que se pautem pela construção de uma sociedade em que a sustentabilidade seja entendida também como democracia, equidade, justiça, autonomia e emancipação, é nossa referência neste estudo. Isso significa superar a idéia, muito presente nas propostas de Educação Ambiental, de que a Educação Ambiental tem como objetivo a “mudança de comportamento” dos sujeitos em busca de comportamentos considerados ambientalmente corretos, configurando-se, como nos ensina Brüggner (1994), num adestramento ambiental. Nesse sentido, temos também que buscar a superação do caráter moralista e moralizante que temos observado em algumas ações educativas ambientais (LOUREIRO, 2004) para ser possível a construção da Educação Ambiental crítica e emancipatória.

Conclusão

A Educação Ambiental, então, é um processo de formação humana, amplo, contínuo e complexo. Podemos pensar em projetos de Educação Ambiental para idosos, adultos, jovens e crianças, assim como propostas em variados espaços educativos onde vivem, real e concretamente, os sujeitos sociais.

Reigota (1995) analisa alguns aspectos que considera importantes para fundamentar uma filosofia da Educação Ambiental. Partindo do pressuposto de que a Educação Ambiental é sempre realizada a partir da concepção que se tem do meio ambiente, aponta para a necessidade urgente e radical da mudança de mentalidade sobre as idéias acerca dos modelos de desenvolvimento. Faz críticas a algumas dessas concepções, argumentando a favor do que se tem chamado de *teoria da complexidade*. Esse novo paradigma pode, segundo o autor, explicar as relações humanas e ambientais, sendo possível tomá-lo como referencial teórico-epistemológico para a Educação Ambiental. Relacionando-a com a pós-modernidade, afirma: “as concepções educacionais vigentes não dão conta da complexidade do cotidiano que vivemos neste final de século”. Nesse sentido, define Educação Ambiental como

uma educação política, fundamentada numa filosofia política, da ciência da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando uma “nova aliança” (Prigogine & Stengers) com a natureza através de práticas pedagógicas dialógicas. (REIGOTA, 1995, p. 61).

Assim, podemos considerar que a Educação Ambiental como dimensão da Educação é atividade intencional da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa atividade exige sistematização por meio de metodologia que organize os processos de transmissão/apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos. Assim, se a Educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a Educação Ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que eles vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente (TOZONI-REIS, 2004).

A Educação Ambiental, assim, é construída na relação entre os conhecimentos e as relações sociais, constrói e é construída no e pelo novo paradigma da responsabilidade da ação humana na natureza e na sociedade. Dessa forma, somente uma teoria crítica da Educação pode ser suficiente para fundamentar ações educativas ambientais mais conscientes e conseqüentes, ações educativas emancipatórias. A Educação para o ambiente só tem sentido se tomarmos como referência a idéia de que “a ecologia será política ou não será” (SADER, 1992).

TEXTO COMPLEMENTAR

O conceito de natureza não é natural

(PORTO-GONÇALVES, 1990)

É comum entre aqueles que se envolvem com a problemática ecológica citar outras sociedades como modelos de relação entre os homens e a natureza. As comunidades indígenas e as sociedades orientais são, via de regra, evocadas como modelos de uma relação harmônica com a natureza. Se em diferentes religiões o paraíso é projetado no reino dos céus, para diversos ecologistas este se localiza em outras sociedades. Há uma virtude nesse procedimento: ele oferece um consolo, enquanto idéia, para o mundo em que vivemos – que concretamente não tem consolo. Isto não deixa de ser, à sua moda, uma crítica à sociedade que não é tal e qual os modelos citados, daí as utopias. Nesse sentido, as utopias têm lugar concreto num mundo onde não existem concretamente, sendo por isso sonhadas e projetadas enquanto utopias. Por outro lado, esse procedimento não deixa de ser também uma fuga dos problemas concretos, muitas vezes derivada de uma incompreensão das razões pelas quais em nossa sociedade e cultura as coisas são do jeito que são.

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Dessa forma, é fundamental que reflitamos e analisemos como foi e como é concebida a natureza na nossa sociedade, o que tem servido como um dos suportes para o modo de produzirmos e vivermos, que tantos problemas nos tem causado e contra o qual constituímos o movimento ecológico.

ESTUDAR É EDUCAR



Leituras

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajétoria e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

REIGOTA, Marcos. Por uma filosofia da educação ambiental. In: _____. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 1995.

Sites:

<www.mma.gov.br>;

<www.wwf.org.br>;

<www.sf.dfis.furg.br/mea/remea>;

<www.sosmatatlantica.org.br>;

<www.redeambiente.org.br>;

<www.wwiuma.org.br>.

Vídeo: **Ilha das Flores.** Jorge Furtado (dir). Brasil: Sagres, 1988. Parte da coletânea Curta os Gaúchos.

REFERÊNCIAS



BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FORUM INTERNACIONAL DAS ONGS. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global.** Rio de Janeiro: 1995.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária.** Campinas: Papyrus, 1996.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajétórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Cortez, 1991.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

REIGOTA, Marcos. **Educação ambiental e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995 (Coleção Questões da Nossa Época)

SADER, Emir. **A ecologia será política ou não será**. In: GOLDEMBERG, Miriam (Org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 1994.

_____. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

TOZONI-REIS, Marília Freitas Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.